



CLIPPING

Segunda-feira
06
de Março
de 2023



CASO LUMA BONY

Influenciadora pode ter sido jogada pela janela, diz advogado do 'Hétero Top'

REDES SOCIAIS - "Ele tenta jogar a atenção das pessoas fazendo ilações", destaca o criminalista Filipe Silveira, que atua na defesa da família Bony

ANA LAURA CARVALHO
DA REDAÇÃO

O advogado criminalista Jaime Rocha Júnior, que atua na defesa do sobrinho dele, Maurício César Mendes Rocha Filho, 25, o "Hétero Top", usou as redes sociais no domingo, 5, para afirmar que a influenciadora digital Luma Bony, 23, pode ter sido atirada pela janela de um prédio localizado no centro de Belém, em novembro do ano passado. Com essa versão, Jaime diz, então, que Luma não cometeu suicídio, como defende a família da influenciadora. Procurado pela reportagem, o advogado da família Bony, o criminalista Filipe Silveira, avalia que as afirmações não possuem relevância para o processo que trata do vazamento de vídeo íntimo sem consentimento.

No vídeo publicado por Jaime, o advogado aparece com um papel em mãos, o qual supostamente se trata de um laudo que teria sido enviado a ele anonimamente. "Neste laudo que foi me enviado anonimamente e que eu tento autenticar há três meses pela Justiça, há outra informação contundente. Debaxo das unhas da suposta vítima foi encontrado tecido epitelial de alguém. Mas está reservado esse material no IML para

confrontação com os possíveis suspeitos", alegou.

"Maurício pode estar sendo usado como bode expiatório para encobrir um crime. Luma pode ter sido atirada pela janela", declarou o advogado, ao questionar os trabalhos da Polícia Civil, bem como do Ministério Público do Pará (MPPA), e pedir investigação para esse suposto acontecimento.

Maurício César Mendes Rocha Filho está preso desde dezembro passado na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará, região metropolitana de Belém. Ele é acusado de vazar vídeos íntimos da influenciadora digital Luma Bony. O crime ocorreu em 6 de novembro de 2022. Dois dias depois, Luma teria se jogado do sétimo andar de um prédio localizado no centro de Belém.

Para a família de Luma, Maurício é o principal responsável pela morte dela. Os familiares dizem que o rapaz embebedou, drogou, abusou e filmou a influenciadora, que estava desacordada, publicando o vídeo íntimo em sua antiga rede social.

Maurício teria exigido dinheiro da vítima fazendo chantagem para não enviar o vídeo ao pai dela, conforme conta o próprio



Neste laudo que foi me enviado anonimamente (...) há outra informação contundente. Debaxo das unhas da suposta vítima foi encontrado tecido epitelial de alguém."

JAIME ROCHA JÚNIOR
Advogado

genitor, o empresário Bony Monteiro. O rapaz não recebeu a quantia que estaria pedindo e, então, vazou a gravação.

RESPOSTA

A reportagem de O Liberal procurou, na noite de domingo, o advogado criminalista Filipe Silveira, que atua na defesa da família Bony. Silveira avalia que as afirmações contidas no vídeo publicado por Jaime Rocha Júnior não possuem relevância para o processo que trata do vazamento de vídeo íntimo sem consentimento. Além disso, segundo Silveira, é



Maurício César Rocha Filho está preso desde dezembro passado na Cadeia Pública de Jovens e Adultos

preciso considerar que "o advogado é tio de Maurício (irmão do pai)".

"Ele tenta defender não o Maurício, mas o nome e a honra da família. O laudo está nos autos, mas ele insiste em dizer que não tem confirmação da justiça. Ele ignora e, propositadamente, omite diversos relatos existentes nos autos. Inclusive do próprio Maurício, que confirma ter tido relação sexual com a Luma, e jamais negou que publicou o vídeo na internet", considerou Silveira.

Conforme Silveira, o advogado Jaime Rocha Júnior usa o laudo para colocar em dúvida se houve estupro e se Luma estava drogada. "Ocorre que, até o presente momento, Maurício somente foi denunciado por ter divulgado na internet cena de sexo sem consentimento. Ele também omite o fato de existirem outros processos contra Maurício, por outras mulheres, inclusive, pela

própria madrasta", destacou Silveira.

"Em outras palavras, ao invés de discutir a inocência de Maurício, ele tenta jogar a atenção das pessoas fazendo ilações que, primeiro, não se referem ao processo em discussão e, segundo, manifestações não-técnicas. Por exemplo, em determinado vídeo, ele divulga que um suposto medicamento teria apresentado um laudo de que o LSD somente poderia ser encontrado no corpo humano até nove horas após o uso. Se isso fosse verdade, simplesmente, não existiria exame toxicológico, e, muito menos, a possibilidade de identificação de doping no esporte", observou.

"Então, em que pese eu compreenda a pressão familiar que deve estar sofrendo, penso que essas considerações não possuem a menor relevância para o processo em discussão", disse Silveira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MEDICINA

Liane Rodrigues é escolhida diretora-geral da Unimed

PLEITO - Médica foi eleita com 637 votos e é a primeira mulher a ocupar a presidência da cooperativa

DALETH OLIVEIRA E FABRÍCIO QUEIROZ
Da Redação

Médicos cooperados da Unimed Belém elegeram a médica Liane Rodrigues como diretora-geral para exercer o mandato complementar referente ao período 2023-2025. A vitória ocorreu após 9 horas de votação neste sábado, 4, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no Hotel Sagres, na capital paraense, convocada pelo Conselho de Administração da cooperativa.

"Estamos comprometidos em trabalhar e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que a nossa cooperativa seja um modelo de excelência, ética e responsabilidade social", disse a eleita, que é médica titulada em Pediatria/Terapia Intensiva, coordenado-

ra da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Pediátrico da Unimed Belém e cooperada da entidade desde 2001.

Três chapas concorreram no pleito: Chapa 1: Avante Unimed, composta pela atual presidente interina, Dra. Liane Rodrigues; Chapa 2: Direx Profissional, com o Dr. Isamu Komatsu; e a Chapa 3: Dignidade, com o candidato Dr. Vasco Fernando Vieira.

Apenas 973 dos 1.949 cooperados compareceram à eleição. Do total de votos apurados, a Chapa 1 recebeu 637 (65,47%); a Chapa 2, 262 (26,93%); e a Chapa 3, 71 (7,3%). Houve ainda três votos em branco (0,31%).

A administração da Unimed Belém está em disputa desde o início do ano. Em 22 de janeiro, uma AGE conduzida pelo Conselho Fiscal votou pela destituição de Antônio Travessa,



Chapa vencedora: Eduardo Carvalho, Aurea Nunes, Liane Rodrigues e Katsuro Harada



Existe recurso pendente de análise e o processo está pendente de sentença também. Se provado que houve nulidade, tudo que aconteceu depois da AGE é abrangido."

HANAH MARADEI
Advogada

Sandra Leite, Alberto Aníjar, Robson Tadashi e Elaine Figueiredo de seus cargos na diretoria executiva, sob a alegação de que o grupo não estaria resolvendo os problemas financeiros da entidade, além do que, haveria irregularidades na entrega de imóveis, nos altos valores pagos e na nomeação de uma colaboradora.

Após ter acesso à ata da reunião, a defesa dos então diretores conseguiu uma liminar na 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém expedida no dia 6 de fevereiro, que garantiu a recondução deles aos cargos. Porém, em 8 de fevereiro, a desembargadora Maria Filomena Buarque suspendeu a medida e a diretoria interina reassumiu

até a nova eleição.

Na sexta-feira, 3, três médicos cooperados conseguiram uma liminar na 13ª Vara Cível e Empresarial de Belém para suspender o edital de convocação da AGE, porém, horas mais tarde, o agravo de instrumento interposto por representantes da diretoria interina da cooperativa foi deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) e o pleito ocorreu normalmente.

Contudo, o conflito na cooperativa ainda não está sanado. A advogada Hannah Bibas Maradei, que representa a diretoria destituída, explica que todas as decisões tomadas até então são provisórias, visto que ainda não houve análise

do mérito do processo que questiona a AGE realizada em janeiro. Dessa forma, caso o pleito dos então diretores seja acatado, todas as demais ações tomadas, inclusive a eleição serão consideradas nulas.

"Todos os atos praticados até aqui estão sub judice, de modo que todas as medidas e recursos cabíveis serão regularmente utilizados para combater as ilegalidades existentes, inclusive porque três juizes diferentes já reconheceram essas ilegalidades. Existe recurso pendente de análise e o processo está pendente de sentença também. Se provado que houve nulidade, tudo que aconteceu depois da AGE é abrangido", pontua a advogada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LINHA DIRETA

O Poder Judiciário do Pará abre hoje a 23ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, com esforço concentrado ao longo da semana para agilizar o julgamento de casos de feminicídio e dar andamento aos processos de violência contra a mulher em todo o Estado. O esforço concentrado é realizado em alusão ao Dia Internacional da Mulher.



A **Avante Unimed** venceu a disputa pelo comando da Unimed Belém
Foto: DIVULGAÇÃO

Nova diretoria da Unimed Belém é eleita

SAÚDE

A chapa 1, "Avante Unimed", venceu a disputa pelo comando da Unimed Belém e foi eleita com 65% dos votos. Estavam na disputa também outras duas chapas: a "Direx Profissional - Equidade e transparência" e a chapa 3, "Dignidade".

O resultado foi divulgado no sábado (4). Liane Rodrigues foi eleita diretora-ge-

ral da Unimed Belém com 637 votos. Ela é a primeira mulher a estar no cargo.

A diretoria anterior havia sido destituída do cargo durante uma Assembleia Geral Extraordinária realizada em janeiro. A justificativa do Conselho Fiscal foi que a Unimed encarava séria crise financeira, além de denúncias de obras com atrasos de continuidade e contestação de valores pagos pelos serviços.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS PELA PM ACUSADOS DE HOMICÍDIO

Nem o fato de ter apenas uma perna impediu que Luiz Lisboa Pereira Filho atacasse a facadas um homem em Portel, na Ilha do Marajó, com a ajuda de Antônio Luiz Ferreira, que segurou a vítima. Eles foram presos

CAPTURADOS

JR Avelar

Luiz Lisboa Pereira Filho com a deficiência física que possui, não foi muito longe e mesmo tentando dar o desdobra na Polícia Militar, deixou a "poeira sentar" e quando acreditava que todos tinham esquecido do crime de homicídio por ele praticado, acabou preso atendendo a uma determinação da justiça de Portel, na Ilha do Marajó.

A 22ª Companhia Integrada da Polícia Militar em Portel, sob o comando do diligente major Joffre, fez jus ao lema "não me pergunte se sou capaz, apenas dei-me a missão" e tão logo foi deferido o mandado de prisão preventiva contra um homicida, as equipes diligenciaram e cumpriram com sucesso o mandado.

Luiz Lisboa Pereira Filho foi preso no bairro Cidade Nova pela equipe do tenente Serra, cabo Pedro e soldado Yan, durante a operação "Polícia Mais Forte", após uma denúncia anônima derrubar o local onde ele estaria escondido.

Luiz Lisboa estava com pedido de prisão preventiva em aberto expedido pela Justiça de Portel, depois de matar Janderson da Costa Leão, na companhia de um segundo suspeito, que já se encontra preso e acabou delatando toda situação.



Com a dupla na cadeia, a Polícia Civil aguarda um posicionamento do poder judiciário
FOTOS: DIVULGAÇÃO



O relatório do delegado de Portel descreve minuciosamente sobre as diligências realizadas, especialmente o relatório de investigação, requisição de corpo de delito e o relato de testemunhas, narrando a empreitada criminosa, identificando o autor do homicídio.

Segundo as informações no dia 15 de janeiro de 2023, por volta das 17h30, a Polícia Civil teve conhecimento de uma

tentativa de homicídio ocorrida na avenida Augusto Montenegro e após depoimentos da vítima e de uma testemunha, os autores foram identificados.

PERICULOSIDADE

Testemunhas garantem que Luiz Lisboa Pereira Filho, mesmo com a deficiência física que possui, aplicou uma violenta facada no peito de Janderson

Leão, para em seguida Antônio Luiz Ferreira Martins segurar a vítima, enquanto Luiz Lisboa aplicava mais facadas.

O rapaz ferido foi levado para o Hospital Municipal de Portel, onde ainda foi atendido, mas morreu. Com a prisão de Luiz Lisboa Pereira Filho e do coautor Antônio Luiz Ferreira Martins, a Polícia Civil encerra o caso e aguarda agora pronunciamento da Justiça.

Homem é morto de forma brutal e tem cabeça e pênis arrancados

Em Tomé-Açu, região nordeste paraense, um homem foi morto a facadas e pedradas e ainda teve pênis e cabeça arrancados, ontem de manhã.

Policiais militares de serviço na viatura 5709 faziam patrulhamento pelo município quando foram informados sobre um homicídio ocorrido no ramal do Maçaranduba, zona rural. Antônio Lima de Sousa, 40, também teve sua cabeça esmagada a pedradas e depois arrancada.

Os assassinos, Geovane Carneiro da Silva e Lucivaldo Carneiro da Silva, ainda não haviam sido presos até fechamento desta edição.

Segundo testemunhas, vítima e os acusados ingeriam bebidas alcoólicas próximo de um igarapé. Em determinado momento, Antônio teria dito que iria estuprar a filha de Geovane, que, irritado, matou Antônio junto com Lucivaldo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Justiça derruba liminar que suspendeu Assembleia e mantém eleição da Unimed

Com recurso do agravo de instrumento pleito segue autorizado para este sábado (4)

Valéria Nascimento

03.03.23 22h09



Em disputa judicial, pedido de liminar é derrubado por agravo de instrumento em favor do pleito na Unimed Belém, marcado para este sábado (4) (Thiago Gomes / O Liberal)

O **agravo de instrumento interposto** por representantes da diretoria interina da **Unimed Belém**, foi deferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado (TJPA)** na noite desta sexta-feira (3). Assim, a eleição que chegou a ser suspensa horas antes, foi mantida para ser realizada neste sábado (4).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O recurso de agravo foi ajuizado pelos **médicos cooperados Augusto Dias de Pinho de Borborema, Helena Andrade Zeferino Brigido e Paulo Roberto Brito Cartagenes**. Eles questionaram a decisão liminar anterior, que suspendeu o pleito por reconhecer danos aos cooperados em razão de processos administrativos ainda em curso no âmbito da Cooperativa.

Os médicos defenderam *“a ausência dos requisitos para a concessão da tutela provisória (liminar), uma vez que inexistiria qualquer irregularidade no procedimento assemblear convocado para o dia 04/01/2023, o qual está pautado na previsão do artigo 39 da Lei Federal nº 5.764/1971, o que denota a impossibilidade jurídica do pedido e a ausência da probabilidade do direito”*, disseram em trecho do recurso de agravo de instrumento.

Os médicos obtiveram êxito no deferimento do recurso, na noite desta sexta-feira (3). Com efeito, a **Assembleia Legislativa Extraordinária está mantida para este sábado**, quando haverá eleição da diretoria executiva da Unimed Belém.

“A realização de nova eleição é medida que se impõe por expressa previsão legal, o que denota a inexistência de probabilidade do direito a ensejar a tutela de urgência concedida pelo juízo a quo. Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo, a fim de sustar os efeitos da decisão de primeiro grau que determinou a suspensão do Edital de Convocação nº 03/2023, referente a convocação da AGE agendada para o dia 04/03/2023”, conclui o magistrado, o desembargador do TJPA, José Maria Teixeira do Rosário.

Plantão judiciário

O Plantão funciona para responder exclusivamente às **medidas consideradas urgentes** de natureza cível ou criminal que não possam ser realizadas no horário normal de expediente ou em situação cuja demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Cresce em 154% o número de processos levados ao Tribunal do Júri no Pará

Quando comparados os meses de janeiro de 2022 e 2021, houve um aumento de 129% no número de julgamentos

O Liberal

05.03.23 22h14



O número de processos levados ao [Tribunal do Júri](#) cresceu **154%** no Pará, no último ano. Dados da **Justiça Estadual** mostram que, em 2022, foram realizados **2.337 julgamentos**, contra **920** que ocorreram em 2021. Além disso, quando comparados os meses de janeiro dos anos mencionados, houve um aumento de **129%** no número de julgamentos. Ainda segundo o **Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)**, foram **62 sessões**, em 2022, e **27**, em

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

2021. Os números foram divulgados na última sexta-feira (3). Não há detalhes sobre o total de condenações e absolvições no Estado.

Para o **advogado criminalista Cândido Júnior**, especialista em Tribunal do Júri, os dados são **claramente expressivos**, mas em relação ao aumento da demanda no ano de 2022, é preciso considerar os **processos que ficaram parados**, anteriormente, **devido à pandemia da covid-19**. Nesse período, por determinação do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, as sessões do **Tribunal do Júri** foram suspensas.

Cândido Júnior defende que, além dos números, **é preciso olhar também para a questão humana dos processos**.

“Não podemos também pensar só na celeridade do processo. Temos que pensar nas cautelas devidas, para que isso seja feito da forma mais justa, respeitando sempre o **princípio da ampla defesa e do contraditório**, para que o acusado não seja colocado a júri só para que o número aumente, sem respeitar a própria lei”, considera Cândido Júnior.

Em último estudo produzido pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, revelou-se que **48% dos réus levados ao Tribunal do Júri são condenados**. Os dados foram publicados no **Diagnóstico das Ações Penais de Competência do Tribunal do Júri de 2019**. De lá para cá, não houve atualização, segundo o CNJ.

O levantamento mostrou, ainda, que **as absolvições ocorrem em 20% dos julgamentos**, enquanto que **em 32% das decisões há a extinção da punibilidade**, quando ocorre a morte do réu ou o crime prescreve.

A base de dados contém o histórico da movimentação processual de todos os **Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais** do país, da

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

classe **Ação Penal de Competência do Júri**, no intervalo entre os anos de 2015 e 2018.

A análise dos dados relativos ao desfecho das ações julgadas entre 2015 e 2018 revela que nos estados do **Acre, de Santa Catarina e de Minas Gerais**, o índice de condenação ultrapassa 70% dos casos julgados. As taxas mais baixas de condenação ocorrem nos estados de **Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de São Paulo**. As **absoluções**, por sua vez, ocorrem de forma mais expressiva na **Paraíba, Rio Grande do Sul e Alagoas**.

Na sequência, o gráfico mostra o desfecho das ações penais por tribunal. Os **Tribunais de Justiça dos Estados de Sergipe, Rio de Janeiro, Pará, Goiás e do Distrito Federal e Territórios** não lançaram os movimentos das **Tabelas Processuais Únicas (TPUs)** necessários para o cálculo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

Luma Bony pode ter sido atirada pela janela, diz defesa do acusado; família da vítima nega

Procurado na noite deste domingo (5), o advogado criminalista Filipe Silveira, que atua na defesa da família Bony, disse que as afirmações não possuem relevância para o processo que trata do vazamento de vídeo íntimo sem consentimento

O Liberal

05.03.23 20h51



Maurício César Mendes Rocha Filho está preso desde dezembro passado, na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), em Americano, no município de Santa Izabel do Pará, na região metropolitana de Belém. (Reprodução/Redes sociais)

O **advogado criminalista** Jaime Rocha Júnior, que atua na defesa do sobrinho dele, **Maurício César Mendes Rocha Filho**, 25, o “**Hétero Top**”, usou as redes

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sociais neste domingo (5) para afirmar que a **influenciadora digital Luma Bony**, 23, pode ter sido **atirada pela janela** de um prédio localizado no centro de Belém, em novembro do ano passado. Com essa versão, Jaime diz, então, que **Luma não cometeu suicídio**, como defende a família da influenciadora.

No vídeo publicado por Jaime, o advogado aparece com um papel em mãos, o qual supostamente se trata de um **laudo que teria sido enviado a ele anonimamente**. “Neste laudo que foi me enviado anonimamente e que eu tento autenticar há três meses pela **Justiça**, há outra informação contundente. **Debaixo das unhas da suposta vítima, foi encontrado tecido epitelial de alguém**. Mas está reservado esse material no IML para **confrontação com os possíveis suspeitos**”, alegou.

“Maurício pode estar sendo usado como **“bode expiatório”** para encobrir um crime. **Luma pode ter sido atirada pela janela**”, declarou o advogado, ao questionar os trabalhos da **Polícia Civil**, bem como do **Ministério Público do Pará (MPPA)**, e pedir investigação para esse suposto acontecimento.

Assista ao vídeo:

Maurício segue preso desde dezembro

Maurício César Mendes Rocha Filho está preso desde dezembro passado, na **Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA)**, em Americano, no município de **Santa Izabel do Pará**, na **região metropolitana de Belém**. Ele é acusado de **vazar vídeos íntimos** da influenciadora digital Luma Bony. O crime ocorreu em 6 de novembro de 2022. Dois dias depois, **Luma teria se jogado do sétimo andar de um prédio localizado no centro de Belém**.

Para a família de Luma, **Maurício é o principal responsável pela morte dela**. Os familiares dizem que **o rapaz embebedou, drogou, abusou e filmou a**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

influenciadora, que estava desacordada, publicando o vídeo íntimo em sua antiga rede social.

Maurício teria exigido dinheiro da vítima fazendo **chantagem** para não enviar o vídeo ao pai dela, conforme conta o próprio genitor, o **empresário Bony Monteiro**. O rapaz **não recebeu a quantia que estaria pedindo** e, então, **vazou a gravação**.

Afirmações não possuem relevância para o processo em discussão, diz defesa da família Bony

A Redação Integrada de **O Liberal** procurou, na noite deste domingo (5), o **advogado criminalista Filipe Silveira**, que atua na defesa da **família Bony**. Silveira avalia que **as afirmações contidas no vídeo publicado por Jaime Rocha Júnior não possuem relevância para o processo que trata do vazamento de vídeo íntimo sem consentimento**. Além disso, segundo Silveira, é preciso considerar que **“o advogado é tio de Maurício (irmão do pai)”**.

“Ele tenta defender não o Maurício, mas o nome e a honra da família. O laudo está nos autos, mas ele insiste em dizer que não tem confirmação da justiça. Ele ignora e, propositadamente, omite diversos relatos existentes nos autos. Inclusive do próprio Maurício, que confirma ter tido relação sexual com a Luma, e jamais negou que publicou o vídeo na internet”, considerou Silveira.

Conforme Silveira, **o advogado Jaime Rocha Júnior usa o laudo para colocar em dúvida se houve estupro e se Luma estava drogada**. “Ocorre que, até o presente momento, Maurício somente foi denunciado por ter **divulgado na internet cena de sexo sem consentimento**. Ele também omite o fato de existirem **outros processos contra Maurício**, por outras mulheres, inclusive, pela própria madrasta”, destacou Silveira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“Então, em que pese eu compreenda a **pressão familiar** que deve estar sofrendo, **penso que essas considerações não possuem a menor relevância para o processo em discussão**”, reforçou Silveira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Unimed Belém: nova diretoria é eleita com 65% dos votos

Liane Rodrigues foi eleita diretora-geral da Unimed, ela é a primeira mulher a estar no cargo.

domingo, 05/03/2023, 10:51

- Atualizado 05/03/2023, 10:51

- Autor: DOL com informações do Bacana News



A equipe da chapa 1, "Avante Unimed" venceu o pleito. | Divulgação

A chapa 1, "Avante Unimed", venceu a disputa pelo comando da Unimed Belém e foi eleita com 65% dos votos. Estavam na disputa também [outras duas](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

chapas: a “Direx Profissional - Equidade e transparência”, eleita com 28% dos votos; e a chapa 3, “Dignidade”, eleita com 7% dos votos.

O resultado foi divulgado na noite do último sábado (4) após a apuração do pleito realizada no Hotel Sagres, em Belém.

Liane Rodrigues foi eleita diretora-geral da Unimed Belém com 637 votos. Ela é a primeira mulher a estar no cargo.

Destituição

A diretoria anterior da Unimed, formada por Antônio Travessa, Sandra Leite, Alberto Anijar, Robson Tadashi e Elaine Figueiredo, havia sido destituída do cargo durante uma Assembleia Geral Extraordinária realizada em janeiro. Foram 231 médicos cooperados votando a favor da destituição contra 50.

A justificativa do Conselho Fiscal foi que a Unimed encarava uma séria crise financeira há meses, além de denúncias de obras com atrasos de continuidade e contestação de valores pagos pelos serviços.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Judiciário do Pará dá início à Semana da Justiça em alusão ao Dia Internacional da Mulher

Durante a semana, o Poder Judiciário deve agilizar o julgamento de casos de feminicídio, além de promover ações de conscientização sobre violência doméstica.

Por g1 Pará — Belém

06/03/2023 09h43 Atualizado há 18 minutos



Judiciário do Pará dá início à Semana da Justiça pela Paz em Casa — Foto: Divulgação

A Justiça do Pará realiza a partir desta segunda-feira (6) a 23ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa. A programação reúne esforços para agilizar o julgamento de casos de feminicídio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Um caso já é julgado nesta segunda pela 1ª Vara de Justiça - um crime motivado por suposta traição envolvendo um triângulo amoroso. A vítima foi Regiane da Silva Rodrigues, morta a facadas em 2016.

Durante esta semana, o Poder Judiciário deve buscar dar andamento aos processos relacionados à violência contra mulher em todo o estado, em alusão do dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher.

Segundo o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), paralelamente aos julgamentos, também são realizadas ações pedagógicas voltadas à prevenção desse tipo de violência, dando visibilidade ao assunto e buscando sensibilizar a sociedade.

No Judiciário paraense, a abertura oficial da 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa foi a partir das 9h, no auditório Des. Wilson Marques, do Fórum Criminal de [Belém](#). A cerimônia conta com a presença da desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, que está à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) no TJPA.

Uma roda de conversa, às 9h30, discute a “Violência Doméstica e Seu Impacto no Mercado de Trabalho: Por que as Instituições Devem se Preocupar Com Isso?”, com autoridades do TJPA, OAB e da Polícia Civil.

A programação é voltada para magistradas(os), servidoras(es), docentes, discentes e atuantes na rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica da Defensoria Pública, do Ministério Público e da OAB-PA.

Na terça (7), a partir das 8h, ocorre o Projeto Judiciário na Escola: Circulando o Diálogo, com estudantes e professores da Escola Paes de Carvalho, em Belém. A palestra na instituição de ensino visa conscientizar o público-alvo em relação às questões de gênero. Ministrarão a palestra a pedagoga Riane Freitas e a psicóloga Roberta Rios, da Equipe Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e Familiar da Capital.

No dia 8 de março, está programada para 8h30 a roda de conversa “Autocuidado Feminino”, no Fórum Criminal de Belém, para servidoras, magistradas e terceirizadas do Judiciário paraense.

No mesmo dia, às 9h, ocorre o projeto Circulando o diálogo sobre gênero, tendo como público a comunidade do bairro do Jurunas. A ação ocorrerá na Usina da

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Paz Jurunas/Condor (UsiPaz Jurunas/Condor) e terá como facilitadores a equipe da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do TJPA.

Pela parte da tarde, às 16h, no Teatro Margarida Schivasappa, no Centur, em Belém, ocorrerá a atividade interinstitucional “O Empoderamento Feminino como Forma de Cidadania e Prevenção à Violência de Gênero: promovendo a Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres”. O evento é voltado para a rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, além do público em geral.

A programação continua até dia 10 de março, com outras duas ações.

Os Círculos de Diálogo com Mulheres em Situação de Violência Doméstica, que ocorrerão simultaneamente no Espaço de Acolhimento do Parapaz Mulher e na Casa da Justiça e Cidadania, das 9h às 12h.

As atividades em prol da mulher encerram no dia 11 de março, das 8h às 13h, com uma Ação de Cidadania na Praça Brasil, em Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça condena a mais de 67 anos de prisão um dos envolvidos na chacina que matou liderança rural no PA

Em 2019, seis pessoas foram mortas na zona rural do município, entre elas a liderança rural Dilma Ferreira Silva. A trabalhadora era representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Pará.

Por g1 Pará — Belém

03/03/2023 20h20 Atualizado há 2 dias

Um dos assassinos da chacina de [Baião](#), no nordeste do Pará, foi condenado pela justiça a mais de 67 anos de prisão nesta última quarta-feira (1º). Em março de 2019, seis pessoas foram mortas na zona rural do município, entre elas a liderança rural Dilma Ferreira Silva.

Cosme Alves foi condenado a **67 anos, 4 meses e 24 dias** de prisão pelo tribunal do júri.

- **Líder rural no PA, Dilma Silva é uma das vítimas de homicídios em assentamento**

Os jurados acolheram a tese do Ministério Público do Pará de que Cosme é responsável pelos crimes de furto e homicídio qualificado por motivo torpe, mediante recompensa, com o emprego de meio cruel e utilização de recursos que impossibilitaram a defesa das vítimas.

"Tenho certeza de que os jurados fizeram justiça ao condenar Cosme. O MPPA cumpriu seu papel. Não podemos mais tolerar no Pará a violência no campo e o assassinato de trabalhadores rurais e de ativistas ambientais", afirmou o promotor de Justiça Márcio Almeida Farias.

A chacina ocorreu nos dias 21 e 22 de março de 2019. O mandante, o fazendeiro Fernando Rosa, conhecido como Fernandinho, está preso desde março daquele mesmo ano.

O caso

De acordo o Ministério Público, os assassinatos ocorreram no km 50, zona rural de Baião. Venilson da Silva Santos (Vinicius), Raimundo Jesus Ferreira (Raimundinho) e Marlene da Silva Oliveira foram mortos a tiros na fazenda do mandante Fernando Rosa e tiveram seus corpos carbonizados.



Liderança morta no Pará entregou pedido de atenção a atingidos por barragens à então presidente Dilma Rousseff — Foto: Reprodução / MAB

No segundo dia (22), Dilma Ferreira Silva, Milton Lopes Claudionor e Amaro Costa da Silva foram mortos a facadas no assentamento Renato Lima (Salvador

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Allende) pelos matadores de aluguel Valdenir Farias Lima (Denir), Glaucimar Francisco Alves (Pirata) e Cosme Alves.

A motivação dos crimes ocorreu após os trabalhadores dizerem que iriam denunciar Fernandinho na Justiça por ele não pagar seus salários e os tratar em situação análoga à escravidão. Eles também descobriram uma pista de pouso clandestino na fazenda dele.

O acusado Valdenir Farias de Lima foi o intermediário na contratação dos irmãos Alves, Glaucimar e Cosme, conhecidos matadores de aluguel na região.

O assassinato de Dilma Ferreira da Silva se deu porque a ativista ambiental havia denunciado Fernandinho por transporte e exploração ilegal de madeira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br